



EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) do bem abaixo descrito, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação dos executados: **CONFECÇÕES JORLLY LTDA – EPP (CNPJ/MF Nº 08.480.727/0001-25); ARMANDO KALEDI JORGE (CPF/MF Nº 009.744.168-60); ALEXANDRE JORGE ZANOLLI (CPF/MF Nº 369.547.698-27); ROBERTO ZANOLLI JUNIOR (CPF/MF Nº 317.431.718-54);** dos terceiros interessados: **MUNICÍPIO DE JACAREÍ (CNPJ/MF Nº 46.694.139/0001-83) e MARIA SALETE ALVES (CPF/MF Nº 045.844.508-89);** dos coproprietários: **ESPÓLIO DE LAILA JORGE (CPF/MF Nº 379.907.868-18),** na pessoa de sua inventariante **SUMAIA JORGE MARTINS; SALMA UAIBE JORGE ZANOLLI (CPF/MF Nº 591.059.848-15) e seu cônjuge ROBERTO ZANOLLI (CPF/MF Nº 530.938.108-25); AMADEU KALEDI JORGE (CPF/MF Nº 648.179.978-34), FÁTIMA IRENE MARQUES PALES JORGE (CPF/MF Nº 997.440.238-72); SUMAIA JORGE MARTINS (CPF/MF Nº 842.380.898-04) e seu cônjuge ANTONIO CARLOS MARTINS (CPF/MF Nº 607.554.668-53); SAMIRA JORGE RENJIFFO (CPF/MF Nº 014.463.428-75) e seu cônjuge MOISÉS PEREZ RENJIFFO (CPF/MF Nº 040.171.058-07);** bem como dos credores **BANCO DO BRASIL S/A (CNPJ/MF Nº 00.000.000/0001-91), TRT DA 2ª REGIÃO – GAEPP e BANCO BRADESCO S/A (CNPJ/MF Nº 60.746.948/0001-12).**

A MM. Juíza de Direito Dra. Lais Helena Bresser Lang, da 4ª Vara Cível – Foro Central Cível, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos do Cumprimento de Sentença (Ação de Cobrança – Contratos Bancários), ajuizado por **BANCO DO BRASIL S/A (CNPJ/MF Nº 00.000.000/0001-91)** em face de **CONFECÇÕES JORLLY LTDA (CNPJ/MF Nº 08.480.727/0001-25), ARMANDO KALEDI JORGE (CPF/MF Nº 009.744.168-60), ALEXANDRE JORGE ZANOLLI (CPF/MF Nº 369.547.698-27) e ROBERTO ZANOLLI JUNIOR (CPF/MF Nº 317.431.718-54),** nos autos do **Processo nº 1067904-26.2014.8.26.0100**, e foi designada a venda do bem abaixo descrito, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

01 - BEM: **LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:** Rua Manoel Joaquim do Amaral Gurgel (antiga Rua Vinte e Dois), Lotes nºs 42 e 43 da Quadra 1, 2ª Secção da planta do Veraneio Ijal, Jacareí/SP – CEP: 12326-560 - **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Um terreno sem benfeitorias, constituído pelos lotes nºs 42 e 43, da quadra 1, da 2ª Secção da planta do Veraneio Ijal, que formam um só todo, medindo na integridade quarenta metros de frente para a Rua Vinte e Dois (atual Rua Manoel Joaquim do Amaral Gurgel – Av. 04), por cinquenta e cinco metros da frente aos fundos, do lado que confina com o lote 9, e quarenta e três metros do outro, onde confina com o lote 6, tendo nos fundos a largura de quarenta e três metros e quarenta centímetros, onde confina com os lotes 7 e 8, lotes confinantes esses da mesma quadra e secção, encerrando a área de 2.020,00 metros quadrados, correspondendo 1.070,00 metros quadrados para o lote 42 e 950,00 metros quadrados para o lote 43 (Matrícula Imobiliária e Laudo de Avaliação às fls. 988/991).

DADOS DO IMÓVEL

Inscrição Municipal nº	33241-64-26-0377-00000 (Lote 42) e 33241-64-26-0397-00000 (Lote 43)	
Matrícula Imobiliária nº	1.860	Registro de Imóveis da Comarca de Jacareí/SP





ÔNUS

Registro	Data	Ato	Processo/Origem Ato	Credores
Av. 05	19/10/2018	Penhora	1067904- 26.2014.8.26.0100	Banco do Brasil S/A
Av. 06	15/07/2025	Indisponi- bilidade	0003367- 10.2013.5.02.0062	Aline Aparecida Gomes Bonfim
Av. 07	29/04/2026	Penhora Exequenda	1067904- 26.2014.8.26.0100	Banco do Brasil S/A

OBS. 01: O executado Armando Kaledi Jorge arguiu a impenhorabilidade da parte ideal penhorada, objetivando o cancelamento da penhora, sob o argumento de que supostamente se trata de bem de família (Fls. 629/634 e 746/747). A arguição foi acolhida somente em relação ao imóvel da Matrícula Imobiliária nº 18.885 do 17º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, sendo mantida a constrição sobre o presente imóvel (Decisão de fls. 750/751). Da decisão não houve recurso.

VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R\$ 192.162,60 (Mar/2023 – Avaliação às fls. 988/991 – Homologação às fls. 1008/1009).

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 222.138,96 (Set/2026). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP.

DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: R\$ 422,55 (Out/2026) Referente aos Débitos Tributários. Os débitos tributários ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Parágrafo Único, Código Tributário Nacional).

PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS:

Requerimento	Anotação da penhora	Valor	Processo/Origem	Credores
Fls. 884/898	Fls. 907	R\$ 321.959,14 (Mar/2022)	Proc. nº 0030495- 91.2018.8.26.0100 – 20ª Vara Cível do Foro Central Cível	Banco Bradesco S/A

DÉBITO EXEQUENDO: R\$ 1.141.793,80 (Set/2025 – Fls. 1172/1178).

02 – DATAS: A 1ª Praça terá início no dia **13 de novembro de 2026, às 14 horas, e se encerrará no dia 16 de novembro de 2026 às 14 horas.** Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 16 de novembro de 2026, às 14 horas, e se encerrará em 08 de dezembro de 2026, às 14 horas.**

03 – CONDIÇÕES DE VENDA: Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, **sendo que em segunda praça serão aceitos lances iguais ou superiores** a 50% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC e artigos 261 e 262 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP), de modo que o deságio recairá apenas sobre a quota-parte do executado (artigo 843, do CPC). **Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada** exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 parcelas mensais e iguais (podendo oscilar de acordo com a atualização monetária). O





saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, e por caução idônea, quando se tratar de móveis. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, em diferentes condições, será declarada vencedora a proposta mais vantajosa, assim compreendida, de maior valor; ou em propostas de iguais condições, será declarada vencedora a proposta formulada em primeiro lugar (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).

04 - LEILOEIRO: O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, **DAVI BORGES DE AQUINO**, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob nº 1.070, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal <http://www.alfaleiloes.com> (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

05 – PREFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO: Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, descendentes ou ascendentes do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

06 – ARREMATACÃO PELA PARTE EXEQUENTE: Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

07 – QUOTA-PARTE: Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).

08 – PAGAMENTO: O preço do bem arrematado deverá ser depositado por Guia de Depósito Judicial gerada junto à instituição financeira vinculada ao Tribunal de Justiça correspondente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

09 – COMISSÃO DO LEILOEIRO: O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante PIX, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

10 – FRAUDE EM LEILÃO: Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida ao Leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lances imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.





11 – OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ). Para obtenção de descrição detalhada do imóvel, fica o Leiloeiro ou funcionário por este indicado, autorizado a diligenciar até o local do bem para vistoria e realização de fotos, acompanhado ou não de interessados. Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

12 - SUB-ROGAÇÃO DOS DÉBITOS: O Arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

13 – PLURALIDADE DE CREDORES: Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1º, do CPC).

14 – PRORROGAÇÃO: O Leilão prosseguirá no dia útil imediato, até o mesmo horário previsto no Item 02, independentemente de novo Edital, se for ultrapassado o horário de expediente forense. Nesse mesmo período, havendo instabilidades técnicas ou motivos que prejudiquem o encerramento do Leilão conforme previsto no Item 02, a Praça poderá ser prorrogada pelo prazo necessário para garantir igualdade de condições aos licitantes. No período de 24 horas posteriores ao término da praça poderão ser recebidas ofertas na modalidade de “Repasse”, nos termos do Item 02 (artigo 900 do CPC).

15 – FORMALIZAÇÃO DA ARREMATAÇÃO: A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que será expedida a Carta de Arrematação/Alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).

16 – IMISSÃO NA POSSE OU ENTREGA DO BEM: A imissão na posse e desocupação do imóvel ou entrega do bem (quando se tratar de bens móveis) são feitos dentro do processo em que é realizada a Hasta Pública, no qual o Juiz delegará um Oficial de Justiça, que dotado de um mandado judicial e juntamente com o Arrematante, realizará a desocupação do bem ou entrega, de modo que o bem arrematado será desocupado ou transferido, assegurando a propriedade nos termos do artigo 1.228 do Código Civil.

17 – VENDA DIRETA: Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM nº 1496/2008), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compra do correspondente ativo, estas obedecerão estritamente aos termos do Item 03 deste Edital.





ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

18 – DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Curupacê, nº 260, Mooca - CEP 03120-010 - São Paulo – SP, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 93207-1308. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.

19 – PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. Se, por qualquer motivo, a intimação pessoal do executado, não se realizar no endereço constante dos autos, incidirá a disposição do art. 274, parágrafo único, do CPC e, em reforço, considerar-se-á a intimação feita pelo edital.

São Paulo, 28 de setembro de 2026.

Eu, _____, escrevente, digitei.

Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DRA. LAIS HELENA BRESSER LANG

JUÍZA DE DIREITO



ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

